Imprensa Oficial
da Estância de Atibaia

Quarta-feira, 30 de março de 2016 - nº 1777 - Ano XX - Caderno B www.atibaia.sp.gov.br

esta edição tem 20 páginas

Resumo de Ata da Audiência Pública - Plano Diretor 2016-2026 de Atibaia

No dia 02 de Março de 2016, quarta-feira, às 18h07, no Auditório do Fórum de Cidadania, na Av. Nove de Julho, nº 185, Centro, neste município, a Sra. Georgina Pitocco Piniano, Ouvidora Geral do Município de Atibaia, deu início à Primeira Audiência Pública Plano Diretor 2016-2026, referente ao município de Atibaia, para a exposição e discussão tendo em vista a revisão do Plano Diretor em vigência, aprovado desde outubro de 2006. Esta audiência foi promovida pela Ouvidoria Geral do Município e coordenada pela Senhora Georgina Aparecida Pitocco Piniano, Ouvidora Geral do Município, nos termos do Decreto número 5.525 de 11 de Abril de 2008 que através de edital de convocação e no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º, inciso IV, indicou e nomeou *ad hoc* 03 (três) membros representantes do Poder Público Municipal para compor a mesa diretiva, na abertura dos trabalhos desta Audiência Pública, como sendo: o Sr. André Agatte, Coordenador de Relações Institucionais de Atibaia, Presidente nesta audiência, o Sr. Jaime Santos, Secretário de Turismo do município de Atibaia e secretário nesta audiência e a Sra. Patrícia Peçanha Ferreira, assistente. Informou a Ouvidora que se fazia presente ao evento, o Excelentíssimo Sr. Prefeito do Município de Atibaia, Sr. Mario Issui Inui; tendo convidado-o a compor a mesa diretora. Reiterou, ainda, o objetivo desta audiência pública: recolher subsídios para o processo de tomada de decisões do Poder Executivo, no sentido de proporcionar a todos os cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões; identificando de forma mais ampla os aspectos relevantes à matéria em atendimento ao bem-estar e ao interesse público e dar publicidade; sendo portanto, aberta esta audiência a todo cidadão, bem como, associações, conselhos e todas as classes representativas da população e, esclareceu que os critérios de uso da palavra, tempo de fala, bem como impugnação das perguntas, seguiriam aos preceitos do artigo 7º do Decreto 5.525/2008 e, seus respectivos parágrafos, e informou que esta audiência pública segue os parâmetros fixados na lei municipal número 3.190/2001, alterada pela lei 3.567/2006, e regulamentada pelo decreto já citado. A Ouvidora Municipal parabenizou a todos os presentes incluindo a honrosa presença do atual Prefeito do Município de Atibaia, e passou a palavra ao Sr. André Agatte, Coordenador de Relações Institucionais de Atibaia, Presidente desta audiência pública para dar andamento à explanação. O Senhor André Agatte agradeceu a presença do Excelentíssimo Senhor Mario Issui Inui – Prefeito Municipal de Atibaia e, parabenizou a todos que integram a comissão responsável pelos trabalhos de atualização e revisão do Plano Diretor que desde junho de 2015 vem, periodicamente, se reunindo e dando sua contribuição, através de uma equipe de governo contando com a presença de secretários, os quais estão apresentando suas demandas e avaliações com relação ao Plano. Informou aos presentes que o critério adotado até esta faz dos trabalhos, foi o de não terceirização dos trabalhos para elaboração do Plano Diretor, e que, o mesmo tem sido elaborado com profissionais técnicos e Secretários da Prefeitura. Esclareceu ao público, ainda, que os dados na elaboração de um Plano Diretor são dados qualitativos e que, evidentemente, precisam ser colhidos em serviço especializado para finalizar o esboço do Plano. André Agatte relatou que muitos dados gerais, brutos inseridos no Plano, precisam ser atualizados e estão sendo aproveitados de instituições nacionais e federais. A titulo de esclarecimento, ele externou que o Plano de Diretor é uma peça de planejamento do município, envolvendo todos os assuntos que orbitam no dia-a-dia do município, tais como os que envolvem aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social e de infra-estrutura – rede de serviços de saneamento, transporte, drenagem, toda a rede complexa de serviços. Descreveu o Coordenador de Relações Institucionais do Município que o Plano Diretor prevê eixos, a partir dos quais são formados planos tais como os de Mobilidade Urbana e de Ocupação do Solo, entre outros. Esclareceu, pois, que a abordagem do Plano Diretor envolve aspectos amplos, " macro", com eixos iniciados a partir da avaliação de 2006. Salientou que até o presente momento, foi bem elaborado e cumpriu seu papel, mas frisou que a cidade é dinâmica e não estática, razão pela qual o Ministério das Cidades através do Estatuto das Cidades força que o Plano Diretor seja revisto a cada dez anos. E por isso as metas foram atingidas e superadas. Iniciou a explanação e a apresentação dos dados explicando que seria necessária a paciência dos presentes porque o Plano Diretor é relativamente extenso, e indicou que não há pressa em aprovar o Plano Diretor antes que sejam esgotadas as demandas da sociedade civil, para as quais serão realizadas novas audiências públicas envolvendo o tema, o que evidentemente, não se esgotaria nesta primeira discussão de audiência pública realizada em 2016. Iniciando a apresentação dos dados, foram expostos outros desafios que o Plano Diretor e que a própria cidade tem até 2026. O Coordenador explicou que após a apresentação dos dados seria aberta a palavra para os presentes exporem e debaterem sobre os aspectos relevantes. Também explicou que pretendem fazer outras audiências públicas, quantas forem necessárias para que a participação democrática da sociedade civil venha contemplar o Plano Diretor da cidade. Informou que discussões com grupos setorizados já foram iniciados e citou, entre os quais, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o diálogo com Conselho Municipal de Turismo da cidade, do qual havia, como representante, o Secretário Jaime que se encontrava presente na audiência pública. Exemplificando assim a dinâmica de participação adotada pela comissão que trata do Plano Diretor, com acompanhamento técnico. Salientou que são muitas as demandas neste setor de turismo, e que não consiste em simplesmente contemplar interesses para promover o desenvolvimento na cidade, mas que esta é uma questão complexa que envolve interesses que não estão superados pela administração e envolve análise responsável porque muitos interesses para o desenvolvimento do turismo conflitam com o desenvolvimento sustentável da cidade, o que requer muita responsabilidade na implementação e desenvolvimento deste setor. Aconselhou aos presentes se apropriarem da peça do Plano Diretor que se encontra disponível no site da Prefeitura. Informou que lá estão os mapas, pranchas, as leis e diretrizes gerais que levará o cidadão a conhecer em profundidade o funcionamento da cidade,

Poder Executivo

inclusive quanto ao papel do público na construção da cidade; inclusive tornou claro o conceito de Plano Diretor e sua concepção orientadora, informando a estratégia do setor do governo e mercado associativo; destacando que o monitoramento é essencial para garantir o êxito do Plano. Destacou que Atibaia é uma cidade no "coração" da Mata Atlântica e que há limitadores determinantes para o desenvolvimento e implementação de específicos tipos de atividades desenvolvimentistas, apesar da cidade ter posição logística favorável para escoamento de produção para Vale do Paraíba, Anhanguera , conectando até o Porto de Santos, e que se localiza a curtas distâncias de cidades importantes como Campinas, São José dos Campos, São Paulo, Santos, Jundiaí; o que inevitavelmente, por sua posição estratégica privilegiada, requer um olhar sobre a cidade de acordo com a concepção de consórcios. Vários serviços tornam-se importantes, mas é crucial a questão da destinação dos resíduos sólidos (lixo), que também deve ser analisada sob esta ótica. Relatou que, ao longo dos anos, mesmo sendo o município considerado Estância, ainda há que se fazer muito, como: introduzir, induzir e incentivar política de desenvolvimento sustentável com relação à atividade turística. Com uma linguagem técnica, expôs aos presentes de assuntos atuais, como a composição geográfica do município demonstrando que a cidade não crescerá para a serra, e sim, para outros horizontes e áreas. Relatou a importância quanto à tomada de medidas cautelosas envolvendo a questão ambiental versus desenvolvimento, o que considerou como um pressuposto deste Plano Diretor em debate e revisão. Quanto à proteção de mananciais, bacias, vertentes e corpos d´água expôs tabelas e mapas os quais estão disponíveis no Plano Diretor, acessível a todos os cidadãos, por meio de consulta no site da Prefeitura e, enfatizou, esta característica da cidade de estar circundada por vegetação densa, presença das bacias e ainda envolvendo Áreas de Proteção Permanente (APP); o que incide sobre a economia local restringindo o desenvolvimento de determinadas atividades e instalação de algumas empresas. Relatou que Atibaia já foi avaliada como segundo pior PIB do Estado de São Paulo, mas avaliada por ser uma região produtora de águas e que faz parte do Plano de Manejo de Mananciais, com vistas à preservação e, que associado a isso, está a questão de outro Plano, o referente à Ocupação do Solo na região, ambos atuantes como determinantes e que interferem em como planejar e pensar em termos de desenvolvimento da cidade. Acredita-se na interferência pela qual passará a cidade que, hoje, já tem o corredor da Dom Pedro e Fernão Dias e, que em breve, estará com término das obras do Rodo Anel, mais um aspecto de sua posição quanto à logística de distribuição de produtos e serviços. Enfatizou que a atividade empreendedora juntamente com administração pública precisa pensar e procurar formas de desenvolver a cidade com vistas à diversificação da economia. Quanto à localização estratégica e vocação apresentou números relativos às atividades de: turismo, comércio, indústria, serviços e agricultura e explicou como estes se relacionam neste processo de revisão do Plano Diretor, com ênfase, em promover o desenvolvimento construindo uma rede de infra-estrutura que comporte a alavancagem em diversos setores da economia. Também relatou sobre o processo de formação histórica dos municípios e abordou os efeitos e influências da especulação imobiliária neste contexto; alertando sobre reavaliar e pensar estrategicamente a cidade de forma a evitar os impactos advindos disso. Relatou que obras de infra-estrutura envolvem tomada de recursos de valores elevados, e que, recentemente, o município está realizando obras como a do Jardim Brasil, estando a Administração Pública atenta com relação aos aspectos ambientais relacionados às bacias. Demonstrou aos presentes que obras necessárias como o desassoreamento da bacia, o rebaixamento da calha do Rio Atibaia, entre outras, além das que envolvem impermeabilização do solo são demandas que o município de Atibaia precisa e está trabalhando em prol de estabelecer parceiros com outros entes da federação e boas relações políticas. Disse que algumas destas obras requerem investimentos superiores a 100 milhões de reais para serem viabilizadas. Informou que já há projeto para obras dessa envergadura. Passou então a apresentar o comparativo do PIB de 2006 estimado em Hum Milhão Seiscentos e Sessenta Mil Oitocentos e Vinte e Seis Reais para Três Milhões Quinhentos e Sessenta e Cinco Mil Reais. Também apresentou detalhamento dos números produzidos pelo comércio, serviços de agropecuária que teve queda de um por cento, serviços e turismo e os relativos à atividade industrial que, de acordo, com o Coordenador está estável, embora toda a atividade industrial brasileira já está passando por declínio; o que também deve repercutir no município. Também alertou sobre a especulação imobiliária que vai invadindo áreas antes destinadas aos campos de produção agrícola e, indicou que a cidade comporta incremento quanto à implementação e adoção de alta tecnologia na atividade da agricultura intensiva – o que deve ser adotado como perspectiva e diretriz para os próximos 10 anos conforme deve contemplar o Plano Diretor. Indicou que o setor de serviços conjuntamente com o comércio são os responsáveis pela maior fonte de geração de empregos no município. Apresentou aos presentes que o debate quanto às questões relativas ao Turismo vêm ocorrendo através de empenho, debates e esforços desde 2013, através do Plano Municipal de Turismo, e demonstrou o potencial turistico da cidade que, atualmente, conta com 5.939 leitos e cerca de 1.400 funcionários diretos, indiretos e temporários que trabalham no setor, responsável por 200 eventos mensais que ocorrem na cidade. Também chamou atenção ao elevado número cerca de 18.000 pessoas que aos fins de semana visitam e se instalam em Atibaia, o que demanda rede de infra-estrutura e acolhimento de política de turismo que passe a existir com vistas à atender esse contingente de pessoas. Explanou sobre os principais programas já instalados e desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Turismo, entre os quais: Programa de Fomento ao Turismo, o Programa de Sensibilização, o Programa de Gestão de Mercado, Programa de Estruturação e Ordenação e o Programa de Estudo e Pesquisa em Turismo, e, enfocou o sucesso quanto à elaboração do mapa de informações turísticas que foi bem aceito, cuja demanda é constante; finalizando as diretrizes proporcionadas em prol da Ação Social, dos Aspectos Culturais, e dos Educacionais, favoráveis ao Desenvolvimento Rural, à Recreação, ao Lazer já são eixos previstos no Plano Diretor 2016-2026 do Município de Atibaia. Inclusive, foi relatado que a meta estabelecida no referido Plano prevista pelo Ministério da Educação até 2020 consiste em atingir o atendimento de 50% de crianças na educação em creches, o que de fato já foi superado este ano com a entrega das unidades de creches que a atual administração está realizando - uma proposição ousada, a ser considerada, para ser inserida como meta, a ser atingida neste Plano Diretor que deveria consistir em zerar este *déficit* na demanda; já que este é um dos fatores preponderantes para o empresariado assegurar

Poder Executivo

instalação de novos empreendimentos e disponibilizar oferta de vagas de emprego. O não atendimento desta meta, quanto ao oferecimento de vagas e creches disponíveis, é um fator que interfere e gera insegurança a quem oferece emprego a trabalhador que não tem onde deixar seu filho durante o expediente de trabalho. Ressaltou que o papel do poder Público é viabilizar o desenvolvimento de cada programa em prol da sociedade. E, afirmou que a lista de espera para atendimento em creches é inviolável acompanhada pelo Ministério Público. O Coordenador disse que o Governo tem se debruçado sobre essa questão de matrícula em creches; passando de um percentual estimado em 26,35% em 2010 para 34,17% conforme demonstrado nos dados apresentados e, quanto ao número de matrículas na pré-escola, saiu de 84,85% em 2010 para 98,6% de acordo com estes dados de 2014. Reafirmou o compromisso da administração pública em garantir a redução da evasão escolar no Ensino Médio. A meta consiste em que alunos, de 6 a 14 anos de idade, saiam do patamar dos 80% que concluem a Educação na fase correta para atingir os 95%. A Educação Especial, de 4 a 17 anos exclusiva, prevê incrementação de salas de recursos multifuncionais. Hoje, a administração pública municipal dispõe de 100% de atendimento aos portadores de necessidades especiais. Até mesmo o que a rede estadual não atende,a prefeitura tem atendido a estas demandas verificadas. Atibaia tem os melhores índices de Educação do Brasil, colocando o município numa posição muito satisfatória, e enfatizou que a rede municipal de ensino de Atibaia tem cumprido seu papel com 100% dos alunos sendo alfabetizados logo no primeiro e segundo ano. Quanto à Educação de Jovens e Adultos, indicou que o município demanda a realização de uma pesquisa para avaliar melhor esta faixa etária e acompanhar o desenvolvimento dos índices relativos a esta faixa etária. A meta de erradicar até 2020 o analfabetismo funcional no país – aquele em que o indivíduo sabe ler e escrever mas não consegue, por exemplo, interpretar o significado de uma frase num texto - deve ser perseguida, já que é um dos índices mais elevados, cerca de 35%. Quanto ao Ensino Técnico, pode-se afirmar que esta tem sido uma prioridade da atual administração na qual a Secretaria de Assistência Social tem trabalhado, conjuntamente, com outras secretarias, tais como: a de Educação, para implementar com sucesso programas de capacitação visando a este fim. Outro desafio consiste em elevar a taxa de Educação no Curso Superior e, os aspectos quanto à valorização do magistério e à formação, entre outras demandas, que devem ser perseguidas e integram o disposto na Lei número 9.394/95, a qual garante o acesso à formação continuada. Já os princípios do Sistema Nacional de Cultura muito bem elaborado, que é iniciativa do Governo Federal, cada vez mais, pode ser aprimorado em termos de implementação. Atualmente, o município de Atibaia, através da ampliação de programas, tem 1.4% de recursos destinados à este setor, enquanto que, na maioria de outros municípios do país, esse índice não alcança 1%. Os aspectos culturais devem ser entronizados, cada vez mais, na vida escolar, visto que a cultura é importante para a formação do cidadão e influencia na forma como ele passa a se portar. Faz-se necessário superar este momento pelo qual a sociedade brasileira atravessa e, avançar no desenvolvimento de políticas públicas de fomento à cultura; levando oficinas culturais para os bairros da cidade, realizando políticas transversais de esporte e cultura. Conceitos democráticos , como: integração, universalização, fomento, cooperação e diversidade de acesso às oficinas nos bairros da cidade influenciam diretamente na perspectiva de vida das pessoas. Consistem ainda da revisão do Plano Diretor, as seguintes metas: informatização das bibliotecas, com aquisição de títulos a cada seis meses, cuidar do acervo do museu, a necessidade de um museólogo, a reforma dos prédios históricos e do patrimônio, a restauração e manutenção dos mesmos, a implementação de uma galeria de arte entre outras novidades na Casa Cultura, o atendimento de várias demandas no Museu Histórico Nacional, além de disponibilizar/ ativar o espaço do casarão Júlia Ferraz e discutir outros aspectos que envolvem a política de cultura para a cidade. Quanto ao fechamento e retirada do Centro de Convenções do centro da cidade, o assunto ainda está longe de ser pacificado. Abordou o Senhor André Agatte na explanação da revisão do Plano Diretor, os aspectos relacionados à instalação de luz nas praças para realização dos eventos, além da necessidade de repensar aspectos relacionados aos centros culturais e revisão do calendário de eventos. No atendimento à Saúde e à ampliação do sistema, a estratégia do município tem se dado quanto à expansão do Programa da Saúde da Família e afirmou que o volume de recursos que é destinado à Saúde, sempre, será insuficiente já que retrata um reflexo do que o setor está vivendo em todos os municípios do país, não sendo exclusividade da realidade de Atibaia. O previsto mínimo, segundo ele, constitucionalmente, é que sejam aplicados 15% do orçamento na Saúde, mas isso seria estimular o colapso no sistema de saúde, já que atualmente Atibaia emprega 25% do Orçamento na Saúde e ainda é insuficiente devido à sobrecarga que Estado e União imprimem sobre o sistema municipal quanto ao atendimento de pacientes. Neste sentido, Atibaia tem investido na Saúde não só de forma a melhorar o programa de Saúde para o atendimento ao trabalhador mas para gerir e treinar constantemente com qualidade seus profissionais em seus diversos centros de atendimento e unidades básicas de saúde instalados, cujo atendimento alcança o expressivo número de 44.000 pessoas sendo atendidas no Programa Saúde da Família, que é um dos eixos centrais do município, em termos de desenvolvimento. Mas advertiu que, há uma particularidade: o fato do município não ter uma OS que administre a Santa Casa e, indicou que o município ainda não saiu desse processo de intervenção da Santa Casa; salientando que esta é, portanto, uma situação que precisa ser resolvida pois se trata de um limitador para captação de recursos de outros entes da Federação. Ainda sobre a explanação do Plano Diretor, aspectos como recreação e esporte são incluídos como essenciais, pois atuam diretamente na formação do indivíduo e, por isso, propôs a descentralização da atividade esportiva, com a introdução e implementação de escolinhas em diferentes bairros, garantindo universalização de acesso. Ressaltou que a identificação de talentos de alto rendimento já vem sendo realizada com sucesso no município, e que a Associação de Futebol de Atibaia está favorecendo a formação de atletas, inclusive, tratou de iniciativas com êxito de portadores de deficiência que têm se destacado na natação e no atletismo e, afirmou que há um atleta atibaiense disputando vaga para às Pára-Olimpíadas. O Senhor André Agatte enfocou que trabalhar com metas e transições do governo tem levado o Poder Público a, cada vez mais, atuar com a responsabilidade para planejar ações e metas, a fim de que não haja interrupções na passagem de uma administração à outra, de forma a favorecer a continuidade de programas, de iniciativas positivas e em prol do próprio desenvolvimento para favorecer à sociedade. Explicou ainda que o Governo conta com

Poder Executivo

desenvolvimento de inúmeros convênios e programas, como por exemplo, a aquisição de alimentos em que se paga melhor preço a pequenos produtores, como a implementação do Restaurante Popular, em funcionamento no Bairro Cerejeiras, atualmente, oferece 1.100 refeições a preço popular, entre outras iniciativas como a parceria com o Senac para atender a demanda do mercado por capacitação por mão-de-obra, principalmente, do setor de turismo e empresarial. Outro desafio é complementação do quadro de RH com maior número de funcionários e técnicos da Prefeitura, mas explicou que este é um problema de todas as administrações municipais, e do qual a administração pública é refém do orçamento municipal. Quanto à acessibilidade, foi exposto que nesta revisão do Plano Diretor, propostas terão que ser seriamente analisadas e pensadas tendo em vista que Atibaia tem uma população idosa muito grande, onde as calçadas na região central e ruas de paralelepípedo não favorecem ao passeio, de forma a facilitar a locomoção de pessoas que tem maior dificuldade, de forma que acessibilidade e mobilidade urbana sejam melhor avaliadas. Há necessidade de construção de novos CRAS e o governo tem que trabalhar o Desenvolvimento Social com outros setores para ajudar os moradores de rua. De acordo com o Coordenador Especial de Relações Institucionais Senhor André Piccoli Agatte cabe aos agentes públicos e à administração ajudar os moradores de rua. Cabe ao Poder Público, com humanismo e responsabilidade, realizar este trabalho. Na Segurança Pública, a cultura é de paz. A Guarda Municipal está bem mais próxima da população, da comunidade, de forma a evitar a utilização de armas letais em casos sem necessidade; a frota melhorou; há valorização dos profissionais que nela trabalham e há maior envolvimento com a comunidade. Inclusive, diversos cursos estão sendo disponibilizados, tais como: o de conflito em meio ambiente, e parcerias visando a formação e atualização da Guarda, através de iniciativas com a GCM de Jundiaí, Guarulhos e alguns de Campinas; há a perspectiva de introdução de um canil. O coordenador relatou que, atualmente, Atibaia dispõe de uma Guarda Municipal com excelente nível de preparo em defesa pessoal, uma corporação bem preparada que age em prol da preservação da vida, em proteção dos direitos fundamentais constitucionais, no exercício da liberdade da cidadania e das liberdades públicas, diminuindo as perdas, com uso programado da força, sem abusos, com patrulhamento preventivo e acompanhamento sobre a evolução social da comunidade. Também, o município conta com as Coordenadorias, como: a do Idoso e, a da Mulher, devendo pensar em instituir uma Coordenadoria de Afro-descendentes. Também afirmou que: os assuntos relacionados à diversidade sexual vem sendo olhados e atendidos cuidadosamente pela administração pública. Mas, André Agatte ressaltou que a questão racial deve ser alvo da criação de uma nova coordenadoria. Explicou aos presentes que criar coordenadorias é um fato importante porque é uma peça que compõe o orçamento, e, é passível de investimentos, que beneficiam a população. Comentou que os idosos são muito participantes nos eventos e processos de definição política de tomada de decisões na cidade e, disse que: a consolidação da Coordenadoria da Mulher ainda está para nomear a coordenadora, mas que há algo mais importante como a definição de uma política pública para ação desta coordenadoria. Quanto aos aspectos da iluminação pública que fazem parte da revisão deste Plano Diretor, informou a todos que, os processos de consulta da parceria pública privada - PPP se encerrariam no dia 12 de Março deste ano. Que ao longo dos anos, o município não se planejou e que a atual administração recebeu um parque de iluminação defasado, sucateado e que há necessidade de substituição da rede e modernização. Informou aos presentes para verificar no site da Prefeitura, todas as informações relativas à audiência pública, marcada para 17 de Março deste ano, com debate sobre o processo licitatório e concessão; já que se trata de uma concessão por 23 anos. Quanto à transparência, o Ministério Público Federal indicou Atibaia como sendo o sexto maior em transparência administrativa. Portanto, a relação de transparência com o munícipe é classificada em um nível de excelência e, não há documento que se solicite à Prefeitura que não se obtenha prontamente. Ou seja, há um respeito ao munícipe como à Lei de Acesso à Informação, além do site da Prefeitura com total transparência. Quanto às diretrizes estabelecidas neste Plano e na administração municipal, verifica-se também o princípio racional na utilização por parte da administração pública dos recursos públicos com transparência. No quesito de plano habitacional, há um déficit registrado no município de Atibaia, principalmente com relação às unidades habitacionais, para atender a faixa salarial de 0-3 salários mínimos e de 3-6 salários mínimos e, o grande parceiro na área habitacional ainda é o Governo Federal que fez a maior alavancagem. André Agatte afirmou que esta administração está fazendo um acompanhamento porque não há ainda a cultura de condomínio. Suprir o *déficit* habitacional não consiste em apenas fornecer moradias à população, mas gerar uma cultura para que o crime não se instale nessas unidades habitacionais, nestes residenciais e, o Poder Público, tem acompanhado de perto isso e, a grande demanda em Atibaia, reside na faixa de programas e construções que contemplem a faixa de 3 a 6 salários mínimos, informou ainda que não há empreendimentos nesta faixa estabelecidos a suprir este *déficit*. Sobre a informatização plena da prefeitura – o coordenador tratou da importância quanto à integração de setores estratégicos de governo e disse que a Prefeitura é arcaica já que não há ainda um processo de informatização eficiente o que demanda modernização, o que inevitavelmente, ocasionará através da implementação, a geração de processos mais ágeis, processos mais eficientes e de melhor satisfação para as demandas da iniciativa privada e dos munícipes também. Sobre a gestão das finanças, a revisão do Plano Diretor, passa por um processo de discussão de forma a garantir a democratização do debate e envolve o debate sobre as principais peças orçamentárias do município que são: Plano Plurianual, de 4 anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Baseando-se nestes três é que o debate precisa evoluir, determinando o que se pode ou não estabelecer e fazer, inclusive no tocante à captação de gestão dos recursos provenientes de outros entes federados. A equipe na área de convênios e técnica da atual administração é muito capacitada, ábil e altamente qualificada e técnica para apresentar projetos à medida que os programas são abertos a fim de captar e prestar contas sobre o dinheiro obtido junto ao Governo Federal. A prestação de contas é um processo complexo e esta equipe está apta a realizar. Outro aspecto desta audiência pública que trata da revisão do Plano Diretor consiste na Lei do Uso do Solo e no Manejo das Águas da Bacia e da Cantareira o que, inevitavelmente, terá interferências e exigirá uma revisão da Lei do Uso e Ocupação do Solo e, salientou não se tratar de leis estáticas, mas passíveis de mudança. Também destacou que a obra da entrada da cidade terá interferência no fluxo e trânsito da cidade e que participou também de

Poder Executivo

reuniões em Brasília em prol de se obter aprovação de 40 a 45 milhões de reais do governo federal para que haja um novo acesso do Jd. Imperial ao Centro, e que apesar de ainda não ter obtido êxito nesta captação de recursos, entende que a administração pública deve continuar empenhada em obter bons resultados nesse projeto que envolve 40 mil pessoas que precisam se deslocar daquela parte da cidade ao centro do município. Pensar na gestão de um novo terminal de passageiros bem como o intermunicipal e o terminal rodoviário envolve um projeto de transporte urbano com vistas a atender os aspectos do Plano de Mobilidade Urbana que deve ser amplamente respeitado e enfocado na revisão deste Plano Diretor o qual é alvo desta audiência pública; embora os recursos disponíveis para estas obras ainda não estejam disponibilizados. Também se pretende garantir ao usuário do transporte coletivo o direito ao bilhete único pagando apenas uma única passagem para se movimentar por toda a cidade em um período de tempo. Ainda quanto à acessibilidade, a revisão do Plano Diretor prevê outras obras estão sendo discutidas e merecem atenção como o Parque Linear da Várzea do Atibaia. Entendo que a sociedade civil junto com o Poder Público devem fazer esta discussão em breve e informo que obras como a da Jerônimo de Camargo estão previstas e não podem ser encaradas como se já estivessem perdidas, e não se realizar. E diante de todo esse conjunto de temas e eixos, que estão sendo apresentados nesta discussão inicial do Plano Diretor, já que estamos na revisão do Plano, gostaria de receber as sugestões e participação dos presentes. Passo a palavra à Ouvidora após esta explanação. A Ouvidora Geral do Município, Georgina Pitocco Piniano reiterou que esta é uma discussão inicial, momento em que o propósito é revisar o conjunto de temas e eixos que são debatidos para este Plano Diretor 2016-2026. E propôs aos presentes que fizessem a inscrição para uso da palavra trazendo as sugestões e convocando a participação dos presentes ao debate na Audiência Pública. Informou também o endereço disponibilizado plano@ atibaia.sp.gov.br. , para que o munícipe obtenha maiores esclarecimentos sobre o Plano ou para maior participação efetiva, através de mensagem eletrônica. Também solicitou aos presentes nesta audiência pública se empenhassem em assinar o livro de participação, a fim de quantificar o real número de participantes. E esclareceu que estavam abertas as inscrições para uso do microfone, apresentar os questionamentos e demandas da sociedade civil organizada nesta audiência e, que a pessoa inscrita deveria, portanto, deslocar-se até a tribuna, citando seu nome, endereço e quem representava (se assim fosse o caso) em virtude da gravação de áudio. Ainda, realizar a pergunta no tempo máximo de 2 minutos a fim de que houvesse melhor aproveitamento do tempo; permitindo a participação do maior número de pessoas no evento empenhados em debater o tema. Ainda disponibilizou a informação aos presentes de que perguntas escritas, contendo endereço de e-mail para resposta também seriam respondidas nos dias subsequentes ao da realização desta audiência pública. E chamou o primeiro inscrito, o Sr. Paulo de Jesus, vereador no município de Atibaia, para iniciar o debate. Sr. Paulo de Jesus, Vereador no Município de Atibaia: "Obrigada Gina, obrigada à mesa diretora e a todos os presentes. Meus questionamentos são: vai ser pensado o direito de permissão dentro do Plano? E o imposto progressivo pode ser incluído, a fim de minimizar a especulação imobiliária para não haver, cada vez mais, ocupação das áreas do campo?" A seguir a Ouvidora Geral do município chamou o Sr. Rodrigo Quintanilha. Sr. Rodrigo Quintanilha: "Primeiramente cito a Lei 10.257/2001, a que rege e define o conceito de Plano Diretor. E manifesto que: o que aqui presenciei foi um apanhado de dados pouco atualizados, algo que se assemelha a um Plano Pluarianual ou uma LDO e, não se parece ao previsto nesta lei. Minha pergunta: quanto aos aspectos de impermeabilização e seus efeitos na cidade e também quanto à ação especulativa imobiliária é o que foi dito aqui no tocante a estes dois pontos são opinião pessoal, ou a prefeitura mudou de idéia do que adotou e aprovou há seis meses, como a permissão dada às implicações referentes à Lei de Uso do Solo aprovadas que estão vigentes, esquecendo o problema de impermeabilização?" A seguir a Ouvidora Geral do município chamou o Sr. Juliano Pita. Sr. Juliano Pita, arquiteto urbanista, professor na FAAT e arquiteto da prefeitura: "Por que não há nenhum arquiteto urbanista na composição da comissão que está fazendo a revisão deste Plano Diretor, sendo que por lei esta participação e responsabilidade cabem ao profissional de arquitetura e, é obrigatória para coordenar a equipe? E o Plano Diretor vai rever a orientação do Novo Código de Obras que foi aprovado e é completamente diferente do que se observa aqui no Plano Diretor? E por que hoje a gente viu estes dados colocados, mas nada se esclareceu a respeito destes fatos?" Com a palavra o Coordenador Especial de Relações Institucionais, Sr. André Piccoli Agatte: "Vamos por partes. As discussões tendem a caminhar para a Lei de Uso e Ocupação do Solo que foi aprovada. Estamos discutindo um Plano Diretor, mas as discussões tendem a se voltar para questões mais afeitas, específicas aqui como a Lei de Uso e Ocupação do Solo. O município está aberto para o debate e para o encaminhamento de propostas de mudança, porque a cidade não é estática. A Lei de Ocupação do município naquela época precisava ser aprovada porque significava um entrave para o desenvolvimento do município. O governo não está incentivando a especulação imobiliária. Quanto à questão da especulação, não é só uma opinião pessoal, essa é uma realidade do município. Vejo com bons olhos a contribuição/sugestão do colega aqui para recompor a comissão em agregar um arquiteto urbanista, e pessoas que venham a contribuir com o Plano Diretor, mas hoje, temos uma equipe técnica que comporta profissionais da S.U.M.A. altamente qualificados e técnicos trabalhando cem prol do que está sendo discutido aqui". A Ouvidora Geral do Município, Sra. Georgina Piniano chamou a mesa o Sr. Sérgio Zaratin. Sr. Sérgio Zaratin, arquiteto urbanista: "Boa noite a todos, satisfação muito especial em ver meu amigo Mario Inui presente nesta audiência. Primeiramente, gostaria de saber se a administração atual a partir do concurso do Concidades fez um acompanhamento sistemático das Diretrizes do Plano Diretor e da sua implementação, identificando o que funcionou e o que não funcionou? Segundo, há um termo de referência para revisão do Plano? E a terceira questão que ficou respondida pela explanação da própria reunião. Vim aqui nesta reunião com a expectativa de que a projeção destas demandas já estivessem em condições de serem apresentadas, mas o que assisti aqui um pouco perplexo, parecia que iria se falar de demandas, depois parecia uma prestação de contas da administração ou uma exposição propagandista, ficou muito confuso". A Ouvidora Geral do Município chamou o Sr.

Poder Executivo

Luis Carlos Camillo, engenheiro. Sr. Luis Carlos Camillo: "É possível incluir no Plano medidas mitigatórias das enchentes? O Plano de drenagem urbana já foi apresentado aqui, e lá constam medidas que poderiam evitar os alagamentos que tem ocorrido. Os loteamentos que são os grandes causadores poderiam evitar que no futuro esta situação de alagamento ficasse ainda pior, poderiam ter a obrigação de aproveitar a água em seu loteamento em sua área de lazer". A Ouvidora Geral do Município chamou o Senhor Alfio Messias Spinella para fazer uso da palavra. Sr. Alfio Messias Spinella: "Em termos de demanda se está contemplado ou se pode ser inserido a obrigatoridade de cumprimento da Lei ou proposta de lei para que realize exame de acuidade visual em crianças de 4 a 6 anos. Se o diagnóstico desta doença que acomete o nervo ótico, do qual sou vítima, não for verificado nesta faixa etária, a doença evolui cronicamente para uma deficiência sem reversão, se for feito o diagnóstico a tempo. Segundo ponto: refere-se à falta de ônibus no atendimento aos bairros. Se você emprega funcionário e ele não tem ônibus para ir ao trabalho, como faz o empregador?" Com a palavra o Coordenador Especial de Relações Institucionais Senhor André Piccoli Agatte: "Todas estas propostas são válidas e bem-vindas. Vamos contemplá-las no processo de análise do Plano Diretor. O processo de avaliação interna do Governo com relação ao Plano Diretor anterior que atendeu ao município. A gente se coloca com a mesma humildade que peço a todos que venham a sugerir e participar deste debate, porque ninguém tem direito a emitir juízo de valores envolvendo a equipe técnica. Críticas são bem-vindas. A mesma humildade que nós temos em ouvir as pessoas é a que queremos na participação democrática de toda a sociedade civil organizada. Esta é a primeira audiência de tantas outras que pretendemos realizar com as pessoas. Já discutimos sobre o Concidades não temos ainda as demandas concretas, e para isto estamos abrindo o diálogo com a sociedade; temos demandas que as secretarias nos apresentam no dia-a-dia que são passíveis de integrar este Plano Diretor. Não cabe neste debate as disputas políticas sobre o processo eleitoral, primeiramente. E segundo: temos que empenhar esforços no sentido de caminharmos juntos, unir forças para revisarmos o Plano Diretor de maneira a atender as demandas da cidade e se ter um produto final. A proposta do Senhor Camillo é uma proposta interessante e, depois, eu quero até aprofundar melhor essa conversa, este debate. E temos várias questões já pautadas com relação aos temas aqui devemos publicizar ainda mais pelos meio eletrônicos, no momento oportuno o conteúdo deles e, não temos pressa nenhuma para aprovar a revisão deste plano, pois temos o ano inteiro de 2016 para fazer isso e começamos este processo com um ano de antecedência do previsto a fim de impedir a contaminação por se tratar de um ano eleitoral. Pretendemos obter a construção a várias mãos, que comporta a participação de qualquer pessoa que venha, com a devida pertinência e espírito de colaboração e de contribuição". A Ouvidora Geral do Município chamou o Dr. Bonini. Sr. Bonini: "Estou abrindo mão por entender ser mais importante a sequência do debate". A Ouvidora Geral do Município chamou a Sra. Vivian Ohira. Sra Vivian Ohira: "Quero fazer uma sugestão, sejam incluídas, na área de saúde, as terapias naturais complementares; porque se mostram eficazes na medicina preventiva e curativa e trazem uma visão de ser humano que a população de Atibaia merece e tem um custo mais baixo do método que vem sendo empregado como convencional". A Ouvidora Geral do Município chamou o Sr. Rogério Vanderley Brito. Sr. Rogério Vanderley Brito: "Sou um cidadão e moro nas Chácaras Brasil e quero propor sob o aspecto da cultura, que haja sequência para formação dos artistas de Atibaia, nas artes plásticas, na dança, música e no teatro. Por isso, sugiro que se pense sobre uma Escola de Artes a fim de atender esta demanda". A Ouvidora Geral do Município solicitou pelo adiantado da hora que as inscrições para se fazer o uso da palavra fossem encerradas e, que as pessoas deixassem por escrito suas perguntas e indagações para serem respondidas via mensagem eletrônica (por e-mail). E lembrou aos presentes que uma série de audiências e reuniões sobre a revisão do Plano Diretor serão realizadas. Enfocou também: "Tudo que venha a somar em prol da cidade em termos de favorecer a melhoria para os rumos de uma vida sustentável para todos os que moram em Atibaia, serão bem-vindos". E passou a palavra ao Sr. André Agatte para dar continuidade ao debate. Com a palavra o Coordenador Especial de Relações Institucionais Senhor André Piccoli Agatte: "A questão da Cultura nós precisamos dar um salto de qualidade nos programas e nas políticas culturais do município. A cidade de Atibaia tem uma demanda muito grande por eventos. Mas, em conjunto com a sociedade e com o Conselho Municipal de Cultura tem que ser um parceiro na discussão do Plano diretor e também a sociedade civil para aprimorar este processo político, a partir de uma concepção de formação de artista mas também para formação de público. Por exemplo, já tive oportunidade de colocar concerto de música erudita em uma comunidade mais humilde com muito sucesso. A medida que o Poder Público passa a oferecer este tipo de incentivo, a população passa ser despertada e isso gera público. Pensar com mais atenção os aspectos da cultura. A questão que a Vivian colocou ela segue o caminho que é validado pelos órgãos superiores como o Ministério da Saúde e Anvisa. Um modelo preventivo diferente do que está aí hoje. É evidente que precisamos estudar todas as possibilidades com relação à saúde e trabalhar com o que está previsto nas práticas que seja possível para levarmos a efeito". A Ouvidora Geral do Município chamou o Sr. Júlio Aparecido Lopes. E a seguir o Sr. Augusto Luppi. Sr. Júlio Aparecido Lopes, morador: "Seja bem pensada a expansão do perímetro urbano sem ocasionar crescimento desordenado da ocupação do solo para que não tenhamos novas extensões de moradias sem que estejam previstos aspectos de infra-estrutura como água e esgoto, por exemplo". Sr. Augusto Luppi, da Comissão Municipal do Idoso: "Salientar a necessidade do idoso ter o respeito e a responsabilidade que ele exige. Nossa pirâmide social está invertendo violentamente. O idoso tem necessidades grandes, carências profundas e faz parte de uma comunidade econômica importante. Atibaia é classificada como sendo a segunda cidade no Estado de São Paulo que melhor trata o idoso, perdendo só para Santos". A Ouvidora Geral do Município chamou o Sr. José Carlos Zanoni que já não encontrava-se mais no recinto. E a seguir o Sr. José Roberto Prado. Sr. José Roberto Prado, Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos: "Convoco a comissão a participar do processo de agenda profissional dos arquitetos na comissão de revisão do Plano Diretor, colocando à disposição, a sede da instituição, para reuniões pelos integrantes da comissão com os profissionais da área. Destaco que faz parte do processo de valorização profissional,

Poder Executivo

a inclusão de arquiteto urbanistico que é quem deve elaborar e assinar o Plano Diretor". A Ouvidora Geral do Município, Georgina Pitocco Piniano chamou o Sr. Adriano Conrado Veronezzi. Sr. Adriano Conrado Veronezzi: "Gostaria de fazer algumas perguntas sobre o Plano de Zoneamento Urbano. O plano na época tinha como intuito segurar o crescimento desordenado. A cidade cresce e precisa acomodar essa população. A população cresce e se desenvolve e acredito que tem que se fazer uma reformulação da Lei de Zoneamento Urbano e Ambiental para favorecer a instalação de moradia vertical e, neste sentido, poderia se ajudar as classes baixa e média se houvesse mais empreendimentos verticais. Outro ponto é que estes investimentos precisam ser pautados no fato de que 56% da geração de emprego e renda na cidade de Atibaia advém do comércio e daí a necessidade de equiparar o valor do salário versus o valor de moradia. Hoje, o trabalhador do comércio com salário de Hum Mil e Duzentos Reais não consegue nem pagar uma locação e nem sequer pagar a compra de um imóvel próprio. Neste sentido, precisamos da exposição de mais imóveis no município seja de verticalização ou de abertura agrícola. Sobre a questão das enchentes, vai haver alguma parceria público privada? Se já foi feita alguma pesquisa por engenheiros ambientalistas e sanitaristas? Se existe alguma empresa que pode vir a solucionar este ponto? Solicito a reativação de partes do balneário que está parado. Essa última gestão recebeu um valor para isso. Gostaria de saber se há algum projeto de parque público? E sobre o estádio lá no Alvinópolis: se a prefeitura não tinha capacidade por quê fomentaram a expectativa da molecada correr lá, se depois não foi feita arquibancada? Não poderiam pensar numa parceria público-privada? E sobre o término do Plano Diretor: quando este será concluído? Qual será a data?". A Ouvidora Geral do Município, Georgina Pitocco Piniano agradeceu a participação e chamou o Sr Sergio Zaratin que queria complementar a fala dele. Sr. Sergio Zaratin: "Eu vi nesta diretriz colocada aqui, as diretrizes de democratização do aumento da participação popular e no orçamento, mas é bom se lembrar que, este município, no respeito ao orçamento participativo e a participação da população dispõe desde janeiro de 2006 e a Lei Complementar do Processo de Planejamento Participação Comunitária e este objetivo já está alcançado há muitos anos; a qual estabelece a obrigatoriedade desta participação e disciplina a forma correta, inclusive com materialidade e conteúdo, como se realiza esta participação. Até mesmo a questão do orçamento participativo que inúmeros governos vêm estabelecendo e vêm sendo alcançado. É preciso um rearranjo nas colocações para não se pensar que estamos partindo do zero. Não estamos partindo do zero". O Coordenador Especial de Relações Institucionais, Sr. André Piccoli Agatte: "Deixa eu começar pela última intervenção. Para todo mundo e pela equipe ficou muito claro que estamos numa revisão do Plano Diretor que foi feito em 2006, um trabalho bem feito pelo município e uma peça que, de minha parte, sempre foi alvo de elogio. Não podemos olhar as coisas do ponto de vista de consolidação ou consolidadas apenas pela existência de uma lei; a lei não consolida nada. O que consolida é a participação concreta e a implementação das pessoas. Só há consolidação a partir da participação, é fazer com que isso saia da lei e aconteça de fato na vida das pessoas. Consolida quando fortalece e estimula esta cultura da população. A questão do orçamento participativo - eu estou falando aqui particularmente, e não, pelo governo - é um processo bastante interessante eu acho que nos municípios em que foi implementado é um processo capenga porque a cultura de participação popular não está arraigada nas pessoas, você constrói esta cultura de participação. Se você analisar as pessoas que participam dessa tomada de decisões, elas são, esmagadoramente, minoria. Mas, representa, de fato um desejo da sociedade. Precisamos construir. Estamos neste Processo de Reconstrução. Reconhecemos que o trabalho de elaboração do Plano Diretor 2006 foi um bom trabalho e muitos que estão aqui hoje na comissão de revisão deste Plano Diretor 2016-2026 participaram do plano de 2006, quando da elaboração. Este governo reconhece que esta peça foi uma peça importante para a cidade de Atibaia. Com relação às outras questões, sobre os idosos temos que abrir um amplo debate dos idosos e de seus interesses, e muitos questionamentos foram levantados na 1ª Conferência do Idoso e serão considerados na revisão do Plano Diretor. O Plano Diretor vai levar em consideração as sugestões e demandas levantadas como agregar um arquiteto urbanista. E preservar e fortalecer, cada vez mais, nossos agricultores porque esta área não é só de produção agrícola, mas é também turística; porque muitas pessoas vêm para Atibaia para conhecer as belezas naturais e culturais e hoje existem a restauração de fazendas e de seus restaurantes para onde as pessoas vêm em busca de lazer. Este é um processo que consiste em preservar e fortalecer parte da história da cidade. Com relação ao futebol podemos estimular a prática esportiva, mas o Poder Público, naquele caso, tem pouca capacidade de intervir e sim, tem capacidade de estimular, porque, se não me engano, a associação é de caráter particular e naquilo que demandar empenho do Poder Público em promover agenda, patrocínios, há boa vontade. A conclusão deste Plano Diretor é complexa e, em meados de outubro e novembro deste ano, acredita-se que estará sendo concluído, pode ser afetado pelo calendário eleitoral. Os cronogramas, evidentemente, podem mudar, mas eu espero que não. A equipe que está tocando o Plano Diretor é mais técnica e se necessário e possível, vamos contratar uma empresa terceirizada para realizar a pesquisa de dados qualitativos para se finalizar a revisão do Plano Diretor". A Ouvidora Geral do Município, Georgina Pitocco Piniano fez as considerações finais: "Senhoras e Senhores espero que nesta primeira audiência sobre atualização e revisão do Plano Diretor que é um momento para chamar a atenção para participação na revisão do Plano Diretor dizendo a todos os presentes e aos secretários e, ao Prefeito e aos setores que são bem-vindos, e, agradeço a presença de todos nesta discussão. Saliento que podem fazer contato por intermédio do e-mail que está no site da prefeitura como planodiretor@atibaia.sp.gov.br para enviar sugestões, contribuições a serem encaminhadas à comissão que está no planejamento deste documento que é o Plano Diretor 2016-2026. Em tempo, foi recebido aqui documento entregue pelo Sr. Wilson Bezerra e a pergunta da sra. Karen Kagi que receberá retorno desta comissão por e-mail. Quem mais desejar estabelecer contato conosco, poderá enviar perguntas ou dúvidas ou sugestões por e-mail. Tendo cumprido esta primeira tarefa da discussão nesse espaço que é democrático do Plano Diretor 2016/2026 às 20h43 damos por encerrada esta audiência que tratou da revisão do Plano Diretor 2016-2026".

Atibaia, 29 de março de 2016

Georgina Aparecita Pitocco Piniano
Ouvidor Geral do Municipio

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

MUNICÍPIO DE ATIBAIA

1 º BIMESTRE DE 2016

Valores expressos em R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Estágios da Receita Orçamentária						
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)							
RECEITAS CORRENTES (A)	**434.327.700,00**	**435.817.100,00**	**71.913.741,06**	**16,50**	**71.913.741,06**	**16,50**	**363.903.358,94**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**172.771.900,00**	**172.771.900,00**	**22.507.961,65**	**13,03**	**22.507.961,65**	**13,03**	**150.263.938,35**
Impostos	153.206.300,00	153.206.300,00	21.896.196,62	14,29	21.896.196,62	14,29	131.310.103,38
Taxas	7.215.600,00	7.215.600,00	469.866,09	6,51	469.866,09	6,51	6.745.733,91
Contribuição de Melhoria	12.350.000,00	12.350.000,00	141.898,94	1,15	141.898,94	1,15	12.208.101,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**10.149.600,00**	**10.149.600,00**	**1.161.250,56**	**11,44**	**1.161.250,56**	**11,44**	**8.988.349,44**
Contribuições Sociais	149.600,00	149.600,00	17.283,52	11,55	17.283,52	11,55	132.316,48
Contribuição de Iluminação Pública	10.000.000,00	10.000.000,00	1.143.967,04	11,44	1.143.967,04	11,44	8.856.032,96
RECEITA PATRIMONIAL	**5.079.600,00**	**5.079.600,00**	**596.862,54**	**11,75**	**596.862,54**	**11,75**	**4.482.737,46**
Receitas Imobiliárias	10.100,00	10.100,00	56,20	0,56	56,20	0,56	10.043,80
Receita de Valores Mobiliários	4.842.800,00	4.842.800,00	563.837,46	11,64	563.837,46	11,64	4.278.962,54
Receitas de Concessões e Permissões	226.700,00	226.700,00	32.968,88	14,54	32.968,88	14,54	193.731,12
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA INDUSTRIAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA DE SERVIÇOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**226.428.110,00**	**227.917.510,00**	**45.172.633,31**	**19,82**	**45.172.633,31**	**19,82**	**182.744.876,69**
Transferências Intergovernamentais	254.192.090,00	254.842.490,00	51.958.663,75	20,39	51.958.663,75	20,39	202.883.826,25
Transferências de Convênios	6.843.200,00	7.682.200,00	599.535,28	7,80	599.535,28	7,80	7.082.664,72
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM,IPI Exp)	34.607.180,00	34.607.180,00	7.385.565,72	21,34	7.385.565,72	21,34	27.221.614,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**19.898.490,00**	**19.898.490,00**	**2.475.033,00**	**12,44**	**2.475.033,00**	**12,44**	**17.423.457,00**
Multas e Juros de Mora	7.935.900,00	7.935.900,00	1.363.325,66	17,18	1.363.325,66	17,18	6.572.574,34
Indenizações e Restituições	440.500,00	440.500,00	200.893,11	45,61	200.893,11	45,61	239.606,89
Receita da Dívida Ativa	10.061.690,00	10.061.690,00	586.687,81	5,83	586.687,81	5,83	9.475.002,19
Receitas Correntes Diversas	1.460.400,00	1.460.400,00	324.126,42	22,19	324.126,42	22,19	1.136.273,58
RECEITA DE CAPITAL (B)	**42.072.300,00**	**44.184.350,00**	**951.362,93**	**2,15**	**951.362,93**	**2,15**	**43.232.987,07**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**27.520.000,00**	**27.520.000,00**	**832.862,93**	**3,03**	**832.862,93**	**3,03**	**26.687.137,07**
Operações de Crédito Internas	27.520.000,00	27.520.000,00	832.862,93	3,03	832.862,93	3,03	26.687.137,07
ALIENAÇÃO DE BENS	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**
Alienção de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienção de Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**14.502.300,00**	**16.614.350,00**	**118.500,00**	**0,71**	**118.500,00**	**0,71**	**16.495.850,00**
Transferências Intergovernamentais	580.300,00	580.300,00	118.500,00	20,42	118.500,00	20,42	461.800,00
Transferências de Instituições Privadas				0,00		0,00	0,00
Transferências de Convênios	13.922.000,00	16.034.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.034.050,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (A+B)	**476.400.000,00**	**480.001.450,00**	**72.865.103,99**	**15,18**	**72.865.103,99**	**15,18**	**407.136.346,01**
DEFICIT							
TOTAL	**476.400.000,00**	**480.001.450,00**	**72.865.103,99**	**15,18**	**72.865.103,99**	**15,18**	**407.136.346,01**
Saldo dos Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)					**3.533.690,90**		
Superávit Financeiro					3.533.690,90		
Reabertura de Créditos Adicionais							

Poder Executivo

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Estágios da Despesa Orçamentária									
	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas pagas Até o Bim. (j)	Inscritas em RP Ñ Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
DESPESAS CORRENTES (C)	**397.199.650,00**	**400.178.548,67**	**106.741.675,62**	**106.741.675,62**	**293.436.873,05**	**49.442.611,85**	**49.442.611,85**	**350.735.936,82**	**42.111.709,16**	**0,00**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.390.800,00	200.963.086,92	29.699.555,83	29.699.555,83	171.263.531,09	29.680.043,59	29.680.043,59	171.283.043,33	26.565.852,05	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.900.000,00	4.900.000,00	622.277,35	622.277,35	4.277.722,65	619.527,41	619.527,41	4.280.472,59	619.527,41	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192.908.850,00	194.315.461,75	76.419.842,44	76.419.842,44	117.895.619,31	19.143.040,85	19.143.040,85	175.172.420,90	14.926.329,70	
DESPESAS DE CAPITAL (D)	**74.857.150,00**	**79.291.492,23**	**46.340.545,93**	**46.340.545,93**	**32.950.946,30**	**1.672.513,46**	**1.672.513,46**	**77.618.978,77**	**1.436.234,33**	**0,00**
INVESTIMENTOS	53.846.150,00	58.584.788,17	31.624.507,97	31.624.507,97	26.960.280,20	1.073.670,90	1.073.670,90	57.511.117,27	837.391,77	
INVERSÕES FINANCEIRAS	18.011.000,00	17.706.704,06	14.338.638,90	14.338.638,90	3.368.065,16	221.626,76	221.626,76	17.485.077,30	221.626,76	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.000.000,00	3.000.000,00	377.399,06	377.399,06	2.622.600,94	377.215,80	377.215,80	2.622.784,20	377.215,80	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (E)	**4.343.200,00**	**4.329.500,00**			**4.329.500,00**			**4.329.500,00**		
SUBTOTAS DAS DESPESAS(C+D+E)	**476.400.000,00**	**483.799.540,90**	**153.082.221,55**	**153.082.221,55**	**330.717.319,35**	**51.115.125,31**	**51.115.125,31**	**432.684.415,59**	**43.547.943,49**	**0,00**
SUPERÁVIT								**21.749.978,68**		
TOTAL	**476.400.000,00**	**483.799.540,90**	**153.082.221,55**	**153.082.221,55**		**51.115.125,31**	**72.865.103,99**		**43.547.943,49**	**0,00**

*** Nota Explicativa:**
Contém empenhos estimativos de contrato (prestação de serviços e obras)

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Rutful Aguirra
Secret. de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Inciso II, alínea "c" da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

MUNICÍPIO DE ATIBAIA

1º BIMESTRE DE 2016

Valores expressos em R$

DESPESAS	Dotação Anual		Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em RP
Funções/Subfunções	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/totalb)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/totald)	(e)=(a-d)	Ñ processados (f)
LEGISLATIVO	**12.000.000,00**	**12.000.000,00**	**3.078.464,57**	**3.078.464,57**	**2,01**	**8.921.535,43**	**1.827.248,45**	**1.827.248,45**	**3,57**	**10.172.751,55**	**0,00**
Ação Legislativa	11.166.000,00	11.166.000,00	2.957.656,57	2.957.656,57	1,93	8.208.343,43	1.706.440,45	1.706.440,45	3,34	9.459.559,55	
Previdência do Regime Estatutário	834.000,00	834.000,00	120.808,00	120.808,00	0,08	713.192,00	120.808,00	120.808,00	0,24	713.192,00	
JUDICIÁRIA	**5.990.900,00**	**5.990.900,00**	**925.140,50**	**925.140,50**	**0,60**	**5.065.759,50**	**882.291,92**	**882.291,92**	**1,73**	**5.108.608,08**	**0,00**
Ação Judicária	5.990.900,00	5.990.900,00	925.140,50	925.140,50	0,60	5.065.759,50	882.291,92	882.291,92	1,73	5.108.608,08	
ADMINISTRAÇÃO	**45.754.400,00**	**45.597.900,00**	**13.190.150,46**	**13.190.150,46**	**8,62**	**32.407.749,54**	**5.080.206,04**	**5.080.206,04**	**9,94**	**40.517.693,96**	**0,00**
Administração Geral	16.390.500,00	16.234.000,00	4.285.507,23	4.285.507,23	2,80	11.948.492,77	1.986.132,87	1.986.132,87	3,89	14.247.867,13	
Administração Financeira	9.959.000,00	9.959.000,00	1.964.184,07	1.964.184,07	1,28	7.994.815,93	1.366.841,66	1.366.841,66	2,67	8.592.158,34	
Tecnologia da Informação	2.930.000,00	2.930.000,00	926.921,46	926.921,46	0,61	2.003.078,54	231.855,06	231.855,06	0,45	2.698.144,94	
Formação de Recursos Humanos	14.861.900,00	14.861.900,00	5.884.511,03	5.884.511,03	3,84	8.977.388,97	1.369.657,48	1.369.657,48	2,68	13.492.242,52	
Administração de Receitas	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	
Comunicação Social	1.063.000,00	1.063.000,00	129.026,67	129.026,67	0,08	933.973,33	125.718,97	125.718,97	0,25	937.281,03	
SEGURANÇA PÚBLICA	**9.739.000,00**	**9.963.900,00**	**1.769.474,58**	**1.769.474,58**	**1,16**	**8.194.425,42**	**1.428.219,95**	**1.428.219,95**	**2,79**	**8.535.680,05**	**0,00**
Policiamento	8.642.000,00	8.859.000,00	1.554.232,22	1.554.232,22	1,02	7.304.767,78	1.245.889,49	1.245.889,49	2,44	7.613.110,51	
Defesa Civil	1.097.000,00	1.104.900,00	215.242,36	215.242,36	0,14	889.657,64	182.330,46	182.330,46	0,36	922.569,54	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**14.668.300,00**	**15.442.594,35**	**7.584.224,24**	**7.584.224,24**	**4,95**	**7.858.370,11**	**2.451.065,10**	**2.451.065,10**	**4,80**	**12.991.529,25**	**0,00**
Assistência ao Idoso	774.000,00	985.639,99	582.264,93	582.264,93	0,38	403.375,06	84.495,27	84.495,27	0,17	901.144,72	
Assist. ao Portador de Deficiência	114.100,00	114.100,00	106.020,00	106.020,00	0,07	8.080,00	67.005,00	67.005,00	0,13	47.095,00	
Assist. à Criança e ao Adolescente	751.800,00	751.800,00	200.994,59	200.994,59	0,13	550.805,41	45.365,16	45.365,16	0,09	706.434,84	
Assistência Comunitária	11.838.100,00	12.387.990,91	6.060.031,27	6.060.031,27	3,96	6.327.959,64	2.134.386,22	2.134.386,22	4,18	10.253.604,69	
Alimentação e Nutrição	1.190.300,00	1.203.063,45	634.913,45	634.913,45	0,41	568.150,00	119.813,45	119.813,45	0,23	1.083.250,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	**2.723.000,00**	**2.723.000,00**	**393.613,41**	**393.613,41**	**0,26**	**2.329.386,59**	**393.613,41**	**393.613,41**	**0,77**	**2.329.386,59**	**0,00**
Previdência do Regime Estatutário	2.723.000,00	2.723.000,00	393.613,41	393.613,41	0,26	2.329.386,59	393.613,41	393.613,41	0,77	2.329.386,59	
SAÚDE	**99.303.100,00**	**99.640.443,51**	**25.889.067,55**	**25.889.067,55**	**16,91**	**73.751.375,96**	**13.607.937,45**	**13.607.937,45**	**26,62**	**86.032.506,06**	**0,00**
Atenção Básica	58.389.900,00	58.512.742,85	12.514.613,99	12.514.613,99	8,18	45.998.128,86	7.940.375,90	7.940.375,90	15,53	50.572.366,95	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	37.434.100,00	37.648.600,66	12.770.568,70	12.770.568,70	8,34	24.878.031,96	5.242.598,21	5.242.598,21	10,26	32.406.002,45	
Vigilância Sanitária	2.051.900,00	2.051.900,00	303.146,43	303.146,43	0,20	1.748.753,57	252.029,20	252.029,20	0,49	1.799.870,80	
Vigilância Epidemiológica	1.427.200,00	1.427.200,00	300.738,43	300.738,43	0,20	1.126.461,57	172.934,14	172.934,14	0,34	1.254.265,86	
TRABALHO	**791.000,00**	**935.500,00**	**704.707,19**	**704.707,19**	**0,46**	**230.792,81**	**194.844,63**	**194.844,63**	**0,38**	**740.655,37**	**0,00**
Empregabilidade	791.000,00	935.500,00	704.707,19	704.707,19	0,46	230.792,81	194.844,63	194.844,63	0,38	740.655,37	
EDUCAÇÃO	**130.057.500,00**	**131.779.915,09**	**32.633.972,65**	**32.633.972,65**	**21,32**	**99.145.942,44**	**13.978.743,35**	**13.978.743,35**	**27,35**	**117.801.171,74**	**0,00**
Ensino Fundamental	82.854.680,00	83.681.259,35	18.687.422,34	18.687.422,34	12,21	64.993.837,01	8.881.536,94	8.881.536,94	17,38	74.799.722,41	
Ensino Médio	527.400,00	527.400,00	22.806,00	22.806,00	0,01	504.594,00	6.525,00	6.525,00	0,01	520.875,00	
Ensino Profissional	305.000,00	305.000,00	53.247,78	53.247,78	0,03	251.752,22	15.092,19	15.092,19	0,03	289.907,81	
Educação Infantil	42.510.100,00	43.205.935,74	12.412.285,12	12.412.285,12	8,11	30.793.650,62	4.562.691,50	4.562.691,50	8,93	38.643.244,24	
Educação de Jovens e Adultos	1.049.700,00	1.049.700,00	267.643,27	267.643,27	0,17	782.056,73	163.170,44	163.170,44	0,32	886.529,56	
Educação Especial	2.810.620,00	3.010.620,00	1.190.568,14	1.190.568,14	0,78	1.820.051,86	349.727,28	349.727,28	0,68	2.660.892,72	
CULTURA	**7.929.700,00**	**7.929.700,00**	**2.667.473,44**	**2.667.473,44**	**1,74**	**5.262.226,56**	**1.380.828,41**	**1.380.828,41**	**2,70**	**6.548.871,59**	**0,00**
Difusão Cultural	7.929.700,00	7.929.700,00	2.667.473,44	2.667.473,44	1,74	5.262.226,56	1.380.828,41	1.380.828,41	2,70	6.548.871,59	

DESPESAS	Dotação Anual		Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em RP
Funções/Subfunções	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/totalb)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/totald)	(e)=(a-d)	Ñ processados (f)
DIREITOS DA CIDADANIA	**1.042.000,00**	**1.042.000,00**	**265.771,48**	**265.771,48**	**0,17**	**776.228,52**	**155.857,37**	**155.857,37**	**0,30**	**886.142,63**	**0,00**
Assistência ao Idoso					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Comunitária	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	992.000,00	992.000,00	265.771,48	265.771,48	0,17	726.228,52	155.857,37	155.857,37	0,30	836.142,63	
URBANISMO	**92.333.200,00**	**92.863.376,43**	**43.482.485,33**	**43.482.485,33**	**28,40**	**49.380.891,10**	**4.677.229,21**	**4.677.229,21**	**9,15**	**88.186.147,22**	**0,00**
Infra-Estrutura Urbana	72.722.200,00	73.556.672,37	29.137.124,43	29.137.124,43	19,03	44.419.547,94	4.448.880,45	4.448.880,45	8,70	69.107.791,92	
Saneamento Básico Urbano	19.611.000,00	19.306.704,06	14.345.360,90	14.345.360,90	9,37	4.961.343,16	228.348,76	228.348,76	0,45	19.078.355,30	
HABITAÇÃO	**1.750.500,00**	**2.569.500,00**	**236.005,63**	**236.005,63**	**0,15**	**2.333.494,37**	**218.595,59**	**218.595,59**	**0,43**	**2.350.904,41**	**0,00**
Habitação Urbana	1.750.500,00	2.569.500,00	236.005,63	236.005,63	0,15	2.333.494,37	218.595,59	218.595,59	0,43	2.350.904,41	
GESTÃO AMBIENTAL	**405.200,00**	**549.700,00**	**39.325,27**	**39.325,27**	**0,03**	**510.374,73**	**39.325,27**	**39.325,27**	**0,08**	**510.374,73**	**0,00**
Preservação e Conservação Ambiental	185.900,00	185.900,00	0,00	0,00	0,00	185.900,00	0,00	0,00	0,00	185.900,00	
Controle Ambiental	219.300,00	363.800,00	39.325,27	39.325,27	0,03	324.474,73	39.325,27	39.325,27	0,08	324.474,73	
AGRICULTURA	**2.509.500,00**	**2.509.500,00**	**513.128,57**	**513.128,57**	**0,34**	**1.996.371,43**	**127.745,56**	**127.745,56**	**0,25**	**2.381.754,44**	**0,00**
Promoção da Produção Animal	132.000,00	132.000,00	7.266,25	7.266,25	0,00	124.733,75	5.600,25	5.600,25	0,01	126.399,75	
Abastecimento	1.481.500,00	1.481.500,00	136.432,82	136.432,82	0,09	1.345.067,18	113.932,81	113.932,81	0,22	1.367.567,19	
Extensão Rural	896.000,00	896.000,00	369.429,50	369.429,50	0,24	526.570,50	8.212,50	8.212,50	0,02	887.787,50	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**15.952.000,00**	**17.739.815,00**	**8.904.452,25**	**8.904.452,25**	**5,82**	**8.835.362,75**	**686.628,04**	**686.628,04**	**1,34**	**17.053.186,96**	**0,00**
Desenv. Tecnológico e Engenharia	3.001.000,00	2.846.000,00	0,00	0,00	0,00	2.846.000,00	0,00	0,00	0,00	2.846.000,00	
Promoção Comercial	3.299.200,00	3.299.200,00	480.734,55	480.734,55	0,31	2.818.465,45	448.457,43	448.457,43	0,88	2.850.742,57	
Comercialização	11.000,00	166.000,00	142.083,33	142.083,33	0,09	23.916,67	12.916,67	12.916,67	0,03	153.083,33	
Turismo	9.640.800,00	11.428.615,00	8.281.634,37	8.281.634,37	5,41	3.146.980,63	225.253,94	225.253,94	0,44	11.203.361,06	
COMUNICAÇÕES	**4.323.000,00**	**4.323.000,00**	**2.028.801,81**	**2.028.801,81**	**1,33**	**2.294.198,19**	**273.860,72**	**273.860,72**	**0,54**	**4.049.139,28**	**0,00**
Comunicação Social	4.313.000,00	4.313.000,00	2.028.801,81	2.028.801,81	1,33	2.284.198,19	273.860,72	273.860,72	0,54	4.039.139,28	
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
TRANSPORTE	**9.988.500,00**	**9.988.500,00**	**3.663.699,80**	**3.663.699,80**	**2,39**	**6.324.800,20**	**836.389,53**	**836.389,53**	**1,64**	**9.152.110,47**	**0,00**
Transporte Rodoviário	9.988.500,00	9.988.500,00	3.663.699,80	3.663.699,80	2,39	6.324.800,20	836.389,53	836.389,53	1,64	9.152.110,47	
DESPORTO E LAZER	**6.896.000,00**	**7.980.796,52**	**4.112.586,41**	**4.112.586,41**	**2,69**	**3.868.210,11**	**1.877.752,10**	**1.877.752,10**	**3,67**	**6.103.044,42**	**0,00**
Desporto Comunitário	6.896.000,00	7.980.796,52	4.112.586,41	4.112.586,41	2,69	3.868.210,11	1.877.752,10	1.877.752,10	3,67	6.103.044,42	
ENCARGOS ESPECIAIS	**7.900.000,00**	**7.900.000,00**	**999.676,41**	**999.676,41**	**0,65**	**6.900.323,59**	**996.743,21**	**996.743,21**	**1,95**	**6.903.256,79**	**0,00**
Serviço da Dívida Interna	7.900.000,00	7.900.000,00	999.676,41	999.676,41	0,65	6.900.323,59	996.743,21	996.743,21	1,95	6.903.256,79	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	**4.343.200,00**	**4.329.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.329.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.329.500,00**	**0,00**
Reserva de Contingência	4.343.200,00	4.329.500,00	0,00	0,00	0,00	4.329.500,00			0,00	4.329.500,00	
TOTAL	**476.400.000,00**	**483.799.540,90**	**153.082.221,55**	**153.082.221,55**	**100,00**	**330.717.319,35**	**51.115.125,31**	**51.115.125,31**	**100,00**	**432.684.415,59**	**0,00**

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguirra
Secret.de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE ATIBAIA

1º BIMESTRE DE 2016

Valores expressos em R$

RECEITAS CORRENTES	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	TOTAL DOS ULTIMOS 12 MESES	Previsão atualizadada Exercício
RCEITAS CORRENTES	**57.356.700,00**	**28.784.865,56**	**31.159.457,45**	**32.101.865,30**	**27.591.388,82**	**29.331.991,61**	**30.081.410,31**	**28.418.200,33**	**29.894.667,10**	**35.893.902,37**	**43.026.758,19**	**36.272.548,59**	**409.913.755,63**	**470.424.280,00**
Receita Tributária	**29.670.598,64**	**9.651.653,07**	**10.331.768,16**	**9.499.896,53**	**9.450.068,58**	**9.383.315,90**	**8.967.631,83**	**8.829.281,29**	**11.057.823,63**	**9.862.512,66**	**10.799.319,52**	**11.708.642,13**	**139.212.511,94**	**172.771.900,00**
IPTU	23.557.371,60	3.666.841,52	3.512.051,17	3.742.834,68	3.396.819,12	3.230.625,51	3.187.677,34	3.090.050,95	4.435.594,25	3.571.454,87	5.536.512,97	6.643.331,51	67.571.165,49	72.565.700,00
ISS	3.727.997,98	3.822.814,09	3.647.978,30	3.367.805,86	3.521.792,47	3.880.239,99	3.372.113,00	3.518.555,74	3.455.069,86	3.765.274,52	3.506.144,56	3.262.331,50	42.848.117,87	53.044.200,00
ITBI	1.022.157,25	880.616,56	1.062.727,48	1.162.879,63	817.202,85	785.527,22	965.664,30	844.546,39	851.992,17	1.091.056,59	525.837,33	665.815,85	10.676.023,62	15.980.000,00
IRRF	739.066,87	732.791,21	751.756,85	716.136,25	1.115.072,85	836.951,69	871.923,64	847.674,15	1.618.912,75	922.415,04	973.228,36	782.994,54	10.908.924,20	11.616.400,00
Outras Receitas Tributárias	624.004,94	548.589,69	1.357.254,36	510.240,11	599.181,29	649.971,49	570.253,55	528.454,06	696.254,60	512.311,64	257.596,30	354.168,73	7.208.280,76	19.565.600,00
Receita de Contribuições	**432.005,35**	**497.581,86**	**492.750,38**	**509.618,51**	**512.957,22**	**559.331,55**	**539.282,82**	**530.594,85**	**558.499,47**	**533.325,72**	**612.398,67**	**548.851,89**	**6.327.198,29**	**10.149.600,00**
Receita Patrimonial	**479.881,11**	**504.832,38**	**520.690,21**	**531.879,43**	**509.368,77**	**485.609,78**	**478.597,88**	**414.015,62**	**372.677,86**	**354.299,31**	**273.984,34**	**322.878,20**	**5.248.714,89**	**5.079.600,00**
Transferências Correntes	**25.528.726,45**	**17.040.331,33**	**18.690.287,41**	**20.152.776,28**	**15.897.261,78**	**17.578.501,61**	**18.541.368,14**	**17.540.717,30**	**16.489.423,79**	**23.221.992,79**	**30.231.989,07**	**22.326.209,96**	**243.239.585,91**	**262.524.690,00**
Cota Parte do FPM	3.007.543,16	3.245.936,00	3.991.595,84	3.473.093,06	3.042.314,78	3.007.802,29	2.507.623,47	2.854.091,09	3.222.492,89	5.449.023,03	3.520.505,83	4.407.164,32	41.729.185,76	47.951.400,00
Cota parte do ICMS	9.665.576,82	6.091.704,86	6.804.398,29	8.335.420,61	6.209.669,59	6.747.617,16	7.920.433,72	7.008.797,23	6.001.038,53	9.508.566,42	7.467.667,88	5.433.611,55	87.194.502,66	92.539.000,00
Cota Parte do IPVA	4.537.028,32	965.336,23	1.016.245,08	1.194.769,73	938.231,06	913.653,19	1.147.330,54	787.839,30	673.771,59	1.155.317,14	10.137.061,31	5.774.586,73	29.241.170,22	31.179.000,00
Cota Parte do ITR	1.222,98	1.197,72	4.321,42	1.657,55	3.280,99	9.810,73	17.906,99	47.450,77	3.978,30	4.188,40	834,81	1.922,38	97.773,04	117.700,00
Transferência da LC 87/1996	0,00	140.982,67	35.245,67	35.245,67	35.245,67	35.245,67	35.245,67	35.245,67	35.245,67	35.245,67	35.808,25	35.808,25	494.564,53	465.300,00
Transferência da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	5.642.906,12	3.331.507,91	3.665.865,11	4.390.860,56	3.267.777,09	3.546.205,00	4.111.619,55	3.680.378,29	3.225.014,78	5.038.798,55	5.744.906,19	3.747.476,41	49.393.315,56	52.696.000,00
Outras Transferências Correntes	2.674.449,05	3.263.665,94	3.172.616,00	2.721.729,10	2.400.742,60	3.318.167,57	2.801.208,20	3.126.914,95	3.327.882,03	2.030.853,58	3.325.204,80	2.925.640,32	35.089.074,14	37.576.290,00
Outras Receitas Correntes	**1.245.488,45**	**1.090.466,92**	**1.123.961,29**	**1.407.694,55**	**1.221.732,47**	**1.325.232,77**	**1.554.529,64**	**1.103.591,27**	**1.416.242,35**	**1.921.771,89**	**1.109.066,59**	**1.365.966,41**	**15.885.744,60**	**19.898.490,00**
(-) DEDUÇÕES	**3.451.687,19**	**2.099.685,93**	**2.380.938,97**	**2.620.207,66**	**1.997.836,47**	**2.189.731,34**	**2.346.962,39**	**2.168.913,41**	**2.018.715,31**	**2.902.905,04**	**4.253.427,98**	**3.149.421,26**	**31.580.432,95**	**34.756.780,00**
Contrib. Serv. Reg.Própr.Previdência					35.974,42	36.357,46	9.883,48	9.883,48	19.766,96	9.883,48	8.641,76	8.641,76	139.032,80	149.600,00
Compensação Financ.entre Reg. Prev.													0,00	
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	3.451.687,19	2.099.685,93	2.380.938,97	2.620.207,66	1.961.862,05	2.153.373,88	2.337.078,91	2.159.029,93	1.998.948,35	2.893.021,56	4.244.786,22	3.140.779,50	31.441.400,15	34.607.180,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**53.905.012,81**	**26.685.179,63**	**28.778.518,48**	**29.481.657,64**	**25.593.552,35**	**27.142.260,27**	**27.734.447,92**	**26.249.286,92**	**27.875.951,79**	**32.990.997,33**	**38.773.330,21**	**33.123.127,33**	**378.333.322,68**	**435.667.500,00**

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguira
Secretaria de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE ATIBAIA

1º BIMESTRE DE 2016

I –RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Execução da Receita			
	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada	Até Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Receitas Previdenciárias- RPPS (Exceto Intra-Orçamentária) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionistas				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receita de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciarias do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
Receitas Previdenciárias RPPA (Intra- Orçamentárias) (II)				
Total das Receitas Previdênciárias - RPPS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Execução da Despesa							
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em RP Ñ processados	
			Até Bim 2016	Ate Bim 2015	Até Bim 2016	Ate Bim 2015	2016	2015
Despesas Previdenciárias - RPPS (Exceto Intra-Orçamentárias (IV)								
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outras Beneficios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Previd. do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
Desp. Previd.- RPPS (Intra-Orçametárias) (V)								
Total das Desp.Previd. - RPPS (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VII) = (III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdencia do Servidor	Aporte de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdencia do Servidor	
Total dos Aportes para o RPPS	
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	
Valor	

Bens e Direitos do RPPS	Período de referência	
	Período de referência	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS		
Caixa		
Bancos Conta Movimento		
Investimentos		
Outros Bens e Direitos		

" O MUNICÍPIO DE ATIBAIA NÃO POSSUI PREVIDÊNCIA PRÓPRIA."

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Contr. Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguirra
Secret.de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

Poder Executivo

RESULTADO NOMINAL
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE ATIBAIA
1º BIMESTRE DE 2016

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Consolidada (I)	**36.719.913,56**	**36.719.913,56**	**37.161.196,73**
Deduções:(II)	**24.539.398,02**	**24.539.398,02**	**50.272.273,16**
Disponibilidade de Caixa Bruta	37.177.159,60	37.177.159,60	49.862.572,03
Demais Haveres Financeiros	910.972,53	910.972,53	409.883,35
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	13.548.734,11	13.548.734,11	182,22
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	**12.180.515,54**	**12.180.515,54**	**-13.111.076,43**
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)	818.130,96	818.130,96	782.270,20
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	**11.362.384,58**	**11.362.384,58**	**-13.893.346,63**

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Valor	-25.255.731,21	-25.255.731,21

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Peródo
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo das Metas Fiscais da LDO p/ o exercício de Referência	24.735.164,56

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Consolidada Previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)_	0,00	0,00	0,00

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguirra
Secret. de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

RESULTADO PRIMÁRIO
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE ATIBAIA
1º BIMESTRE DE 2016

Valores expressos em R$

Resultado Primário			
Receitas Primárias	**Previsão Atualizada**	**Receitas Realizadas**	
		Até o Bimestre 2016	**Até o Bimestre 2015**
Receitas Primárias Correntes (I)	**430.974.300,00**	**71.349.903,60**	**67.521.394,42**
Receitas Tributárias	**172.771.900,00**	**22.507.961,65**	**21.242.350,22**
IPTU	72.565.700,00	12.179.844,48	10.969.591,05
ISS	53.044.200,00	6.768.476,06	7.257.332,97
ITBI	15.980.000,00	1.191.653,18	1.148.745,64
IRRF	11.616.400,00	1.756.222,90	1.360.290,33
Outras Receitas Tributárias	19.565.600,00	611.765,03	506.390,23
Receitas de Contribuições	**10.149.600,00**	**1.161.250,56**	**929.575,13**
Receitas Previdênciárias	149.600,00	17.283,52	17.428,06
Outras Receitas de Contribuições	10.000.000,00	1.143.967,04	912.147,07
Receita Patrimonial Líquida	**236.800,00**	**33.025,08**	**34.143,03**
Receita Patrimonial	5.079.600,00	596.862,54	689.613,18
(-) Aplicações Financeiras	4.842.800,00	563.837,46	655.470,15
Transferências Correntes	**227.917.510,00**	**45.172.633,31**	**43.391.085,39**
Cota Parte do FPM	47.951.400,00	7.927.670,15	8.174.312,51
Cota Parte do ICMS	92.539.000,00	12.901.279,43	12.379.315,93
Cota Parte do IPVA	31.179.000,00	15.911.648,04	14.961.059,19
Convênios	7.682.200,00	599.535,28	723.649,00
Outras Transferências Correntes	48.565.910,00	7.832.500,41	7.152.748,76
Demais Receitas Correntes	**19.898.490,00**	**2.475.033,00**	**1.924.240,65**
Dívida Ativa	10.061.690,00	586.687,81	592.641,77
Diversas Receitas Correntes	9.836.800,00	1.888.345,19	1.331.598,88
Receitas de Capital (II)	**44.184.350,00**	**951.362,93**	**2.362.537,73**
Operações de Crédito (III)	27.520.000,00	832.862,93	600.471,41
Amortização de empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	50.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	**16.614.350,00**	**118.500,00**	**1.762.066,32**
Convênios	16.034.050,00	0,00	991.700,13
Outras Transferências de Capital	580.300,00	118.500,00	770.366,19
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (VI) = (II-III-IV-V)	**16.614.350,00**	**118.500,00**	**1.762.066,32**
Receita Primária Total (VII) = (I+VI)	**447.588.650,00**	**71.468.403,60**	**69.283.460,74**

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Inscritas em RP Ñ Processados	
		Até Bim/2016	Até Bim/2015	Até Bim 2016	Até Bim/2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Correntes (VIII)	**400.178.548,67**	**106.741.675,62**	**109.363.059,99**	**49.442.611,85**	**44.141.757,72**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	200.963.086,92	29.699.555,83	23.782.056,81	29.680.043,59	24.081.037,37	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.900.000,00	622.277,35	254.928,78	619.527,41	250.750,64		
Outras Despesas Correntes	194.315.461,75	76.419.842,44	85.326.074,40	19.143.040,85	19.809.969,71		
Despesas Primárias Correntes (X) = (VIII-IX)	**395.278.548,67**	**106.119.398,27**	**109.108.131,21**	**48.823.084,44**	**43.891.007,08**	**0,00**	**0,00**
Despesas de Capital (XI)	**79.291.492,23**	**46.340.545,93**	**49.438.307,60**	**1.672.513,46**	**5.429.865,20**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	58.584.788,17	31.624.507,97	29.958.353,46	1.073.670,90	4.402.038,68		
Inversões Financeiras	**17.706.704,06**	**14.338.638,90**	**18.703.437,75**	**221.626,76**	**262.287,86**	**0,00**	**0,00**
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Inversões Financeiras	17.706.704,06	14.338.638,90	18.703.437,75	221.626,76	262.287,86		
Amortização da Dívida (XIV)	3.000.000,00	377.399,06	776.516,39	377.215,80	765.538,66		
Despesas Primárias de Capital (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	**76.291.492,23**	**45.963.146,87**	**48.661.791,21**	**1.295.297,66**	**4.664.326,54**	**0,00**	**0,00**
Reserva de Contingência (XVI)	**4.329.500,00**						
Reserva de RPPS (XVII)							
Despesa Primária Total (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	**475.899.540,90**	**152.082.545,14**	**157.769.922,42**	**50.118.382,10**	**48.555.333,62**	**0,00**	**0,00**
Resultado Primário (XIX) = VII-XVIII)	**-28.310.890,90**	**-80.614.141,54**	**-88.486.461,68**	**21.350.021,50**	**20.728.127,12**		
Saldos de Exercício Anteriores							

Discriminação da Meta fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Execício de Referência	-24.512.800,00

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguirra
Secret.de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE ATIBAIA

1º BIMESTRE DE 2016

Poder/Orgão	Poder/Orgão											
	Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados em Exercícios Anteriores					Restos a Pagar Não Processados						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/Dez/2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31/Dez/2015					
Restos a pagar (Exceto Intra-Orçamentários (I)	**0,00**	**13.548.734,11**	**13.548.551,89**	**0,00**	**182,22**	**685.228,14**	**6.731.032,53**	**3.739.616,77**	**3.599.093,94**	**91.259,82**	**3.725.906,91**	**3.726.089,13**
Poder Executivo	0,00	13.545.694,59	13.545.512,37	0,00	**182,22**	685.228,14	6.714.602,57	3.734.686,81	3.594.163,98	91.259,82	**3.714.406,91**	**3.714.589,13**
Poder legislativo	0,00	3.039,52	3.039,52	0,00	**0,00**	0,00	16.429,96	4.929,96	4.929,96	0,00	**11.500,00**	**11.500,00**
Câmara Municipal	0,00	3.039,52	3.039,52	0,00	**0,00**	0,00	16.429,96	4.929,96	4.929,96	0,00	**11.500,00**	**11.500,00**
Restos a Pagar (Intra-Orçamentários) (II)					**0,00**						**0,00**	**0,00**
Total (III) = (I+II)	**0,00**	**13.548.734,11**	**13.548.551,89**	**0,00**	**182,22**	**685.228,14**	**6.731.032,53**	**3.739.616,77**	**3.599.093,94**	**91.259,82**	**3.725.906,91**	**3.726.089,13**

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguirra
Secret.de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal

Poder Executivo

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE ATIBAIA
1º BIMESTRE DE 2016

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Receitas	
Previsão Inicial	476.400.000,00
Previsão Atualizada	480.001.450,00
Receitas Realizadas	72.865.103,99
Deficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.533.690,90
Despesas	
Dotação Inicial	476.400.000,00
Créditos Adicionais	7.399.540,90
Dotação Atualizada	483.799.540,90
Despesas Empenhadas	153.082.221,55
Despesas Liquidadas	51.115.125,31
Despesas Pagas	43.547.943,49
Superavit Orçamentário	21.749.978,68

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	153.082.221,55
Despesas Liquidadas	51.115.125,31

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	378.333.322,68

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdênciarias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdênciarias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	

Resultado Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	24.735.164,56	-25.255.731,21	-102,10
Resultado Primário	-24.512.800,00	21.350.021,50	-87,10

Restos a Pagar por Poder	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento até o Bim.	Pagto. Até o Bim.	Saldo a pagar
Restos a Pagar Processados	**13.548.734,11**	**0,00**	**13.548.551,89**	**182,22**
Poder Executivo	13.545.694,59	0,00	13.545.512,37	182,22
Poder Legislativo	3.039,52	0,00	3.039,52	0,00
Restos a Pagar não Processados	**7.416.260,67**	**91.259,82**	**3.599.093,94**	**3.725.906,91**
Poder Executivo	7.399.830,71	91.259,82	3.594.163,98	3.714.406,91
Poder Legislativo	16.429,96	0,00	4.929,96	11.500,00
Total	**20.964.994,78**	**91.259,82**	**17.147.645,83**	**3.726.089,13**

Despesas Típicas do MDE	Apuração das Despesas Com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos e Tansferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	22.286.743,14	25,00	37,12
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	6.216.462,55	60,00	65,20

Poder Executivo

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exércício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				

Receitas de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos	Apuração das Receitas de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas Com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Límite Constitucional Anual % Aplicado	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos e Transferências	11.538.960,89	15,00	19,22

Despesas de Carater Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das despesas/RCL (%)	

Antonia Aparecida Cintra
Gerente da Div. de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

Rita de Cássia G. e Martins
Ass. de Controle Interno
CRC 1SP 173.493/O-7

Marcia Helena Ruttul Aguirra
Secret. de Planej. e Finanças

Mario Yassuo Inui
Prefeito Municipal